



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





POLÍCIA FEDERAL

POLÍCIA FEDERAL

GABARITANDO 250 Questões Comentadas PF Administrativo

**EDITAL Nº 1 – PF – ADMINISTRATIVO, DE
25 DE ABRIL DE 2025**

**CÓD: OP-023MA-25
7908403574360**

Questões Comentadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	15
3. Ética no Serviço Público	21
4. Noções de Informática	35
5. Direito Constitucional	47
6. Direito Administrativo	65

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Preconceito e discriminação são termos próximos. Por vezes, juridicamente, parecem até a mesma coisa, como se depreende do texto da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, complementada pela Lei n.º 9.459, de 15 de maio de 1997: “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Mesmo assim, o preconceito pode ser definido como uma ideia de distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, sexo, religião, origem social ou geográfica etc.; já a discriminação diz respeito à ação decorrente do preconceito. O preconceito é uma opinião; a discriminação, um comportamento real e efetivo.

Sendo um pensamento, o preconceito, a rigor, não é crime. Quando se torna uma ação concreta ou uma afirmação pública, passa a ser discriminação e, a partir daí, é alvo da lei. O preconceito é considerado por nós a matriz que origina o ato discriminatório. Sem preconceito, não existiria discriminação. Ausente de sua expressão concreta discriminatória, o preconceito seria apenas uma fantasmagoria psíquica.

Leandro Karnal e Luiz Estevam
Preconceito: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2023 (com adaptações)

Em referência às ideias veiculadas no texto apresentado e a seus aspectos linguísticos, julgue o item seguinte. Depreende-se do texto que, legalmente, o preconceito é tipificado como crime.

- () CERTO
() ERRADO

2. (2024)

Texto CB1A1-I

A emergência de uma grande variedade de plataformas digitais, desde o final da década de 1990, provocou uma mudança econômica radical e uma reorganização de mercados e arranjos de trabalho. A economia de plataforma não está apenas mudando a forma como o trabalho é realizado e remunerado. Os mercados de trabalho também estão se transformando drasticamente, levando a uma situação em que o “emprego padrão” é cada vez mais suplementado ou substituído por trabalho temporário “fora do padrão”, mediado por plataformas. Em um contexto de crescente instabilidade macroeconômica, de desregulamentação das relações de trabalho — em função do impacto disruptivo de tecnologias digitais na intermediação dessas relações —, verifica-se a emergência de novas formas de emprego “fora do padrão”, que

reforçam diversos tipos de “flexibilidade” — temporal, espacial, gerencial e funcional, entre outras. Grande parte dessas novas formas de emprego está vinculada à mediação de plataformas digitais, que conectam ofertantes e demandantes de trabalho.

As plataformas digitais facilitam a articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho que, de outra forma, poderiam ter dificuldades para interagir entre si, tornando a realização de transações mais eficiente do que seria possível em relacionamentos bilaterais entre as partes, fornecendo infraestrutura e regras para sua realização. No âmbito dessas plataformas, a correspondência (*matching*) entre ofertantes e demandantes de trabalho pode ser feita de forma eficaz, por exemplo, por meio de algoritmos que diminuem a quantidade de tempo utilizado para encontrar trabalhadores adequados para tarefas específicas, além de oferecer a base para o controle e gerenciamento dessas tarefas.

No entanto, a força de trabalho torna-se mais vulnerável, pois as leis trabalhistas ainda se baseiam em um antigo sistema “binário”, segundo o qual quem é empregado recebe direitos — por exemplo, aviso de demissão ou férias pagas —,

mas para quem é contratado o acesso a esses direitos tende a ser restringido. Assim, se o modelo de plataformas de trabalho com a intermediação de uma gestão algorítmica oferece vantagens no que se refere à flexibilidade sobre formas convencionais de organização e gestão do trabalho, esse mesmo modelo suscita questões relevantes como a distribuição desigual de oportunidades, benefícios e riscos entre os agentes envolvidos, bem como os possíveis custos sociais advindos de uma eventual precarização das relações de trabalho.

Herbert P. S. de Oliveira e Jorge N. de P. Britto. *Gerenciamento e disciplina algorítmica: uma análise focalizada em plataformas de emprego de elevada qualificação. Economia e Sociedade*
Campinas, v. 32, n.º 3 (79), 2023 (com adaptações)

Acerca dos sentidos veiculados no **texto CB1A-1-I**, julgue o item a seguir.

No segundo parágrafo, incentiva-se o uso das plataformas digitais na articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho, a partir da valorização de sua eficácia e das facilidades dele decorrentes.

() CERTO

() ERRADO

3. (2024)

Texto CB1A2-I

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 41.^a sessão, reconhece os impactos profundos e dinâmicos, positivos e negativos da inteligência artificial (IA) nas sociedades, no meio ambiente, nos ecossistemas e nas vidas humanas, inclusive na mente humana, em parte devido às novas formas como seu uso influencia o pensamento, a interação e a tomada de decisões e afeta a educação, as ciências humanas, sociais e naturais, a cultura, a comunicação e a informação.

A Conferência considera que as tecnologias de IA podem ser de grande utilidade para a humanidade e podem beneficiar todos os países, mas também suscitam questões éticas fundamentais, por exemplo, em relação às distorções que podem incorporar e exacerbar, o que resultaria potencialmente em discriminação, desigualdade, exclusão digital, exclusão em geral e ameaça à diversidade cultural, social e biológica, além de divisões sociais ou econômicas. Suscitam, ainda, questões relativas à necessidade de transparência e compreensibilidade do funcionamento dos algoritmos e dos

dados com que eles foram alimentados, além de seu potencial impacto sobre, entre outros aspectos, a dignidade humana; os direitos humanos e as liberdades fundamentais; a igualdade de gênero; a democracia; os processos sociais, econômicos, políticos e culturais; as práticas científicas e de engenharia; o bem-estar dos animais; o meio ambiente e os ecossistemas.

A Conferência reconhece, ainda, que as tecnologias de IA podem aprofundar as divisões e as desigualdades existentes no mundo, dentro dos países e entre eles, e que a justiça, a confiança e a equidade devem ser defendidas para que nenhum país e nenhum indivíduo sejam deixados para trás, seja em razão do acesso justo às tecnologias de IA e de seus benefícios, seja em razão de medidas de proteção contra suas implicações negativas. Reconhecem-se as diferentes circunstâncias de diferentes países e respeita-se o desejo de algumas pessoas de não participar de todos os desenvolvimentos tecnológicos.

Com base nas considerações acima, entre outras, a UNESCO aprova a presente Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial.

UNESCO. *Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial* (com adaptações)

A respeito das ideias veiculadas no **texto CB1A2-I**, julgue o item que se segue.

Cada parágrafo do texto é estruturado com base na ideia de que o uso das tecnologias de IA tem consequências contraditórias.

() CERTO

() ERRADO

4. (2024)

Texto CB1A2-I

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 41.^a sessão, reconhece os impactos profundos e dinâmicos, positivos e negativos da inteligência artificial (IA) nas sociedades, no meio ambiente, nos ecossistemas e nas vidas humanas, inclusive na mente humana, em parte devido às novas formas como seu uso influencia o pensamento, a interação e a tomada de decisões e afeta a educação, as ciências humanas, sociais e naturais, a cultura, a comunicação e a informação.

A Conferência considera que as tecnologias de IA podem ser de grande utilidade para a humanidade e podem beneficiar todos os países, mas também suscitam questões éticas fundamentais, por exemplo, em relação às distorções que podem incorporar e exacerbar, o que resultaria potencialmente em discriminação, desigualdade, exclusão digital, exclusão em geral e ameaça à diversidade cultural, social e biológica, além de divisões sociais ou econômicas. Suscitam, ainda, questões relativas à necessidade de transparência e compreensibilidade do funcionamento dos algoritmos e dos dados com que eles foram alimentados, além de seu potencial impacto sobre, entre outros aspectos, a dignidade humana; os direitos humanos e as liberdades fundamentais; a igualdade de gênero; a democracia; os processos sociais, econômicos, políticos e culturais; as práticas científicas e de engenharia; o bem-estar dos animais; o meio ambiente e os ecossistemas.

A Conferência reconhece, ainda, que as tecnologias de IA podem aprofundar as divisões e as desigualdades existentes no mundo, dentro dos países e entre eles, e que a justiça, a confiança e a equidade devem ser defendidas para que nenhum país e nenhum indivíduo sejam deixados para trás, seja em razão do acesso justo às tecnologias de IA e de seus benefícios, seja em razão de medidas de proteção contra suas implicações negativas. Reconhecem-se as diferentes circunstâncias de diferentes países e respeita-se o desejo de algumas pessoas de não participar de todos os desenvolvimentos tecnológicos.

Com base nas considerações acima, entre outras, a UNESCO aprova a presente Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial.

UNESCO. Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial (com adaptações)

Julgue o item seguinte, referente aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto CB1A2-I.

No texto, são apresentados argumentos que justificam a aprovação da Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial na 41.^a sessão da Conferência Geral da UNESCO.

- () CERTO
() ERRADO

5. (2024)

Texto I

(...) as nações latinas do Novo Mundo não se podem queixar de deslembadas. Cada incidente, ainda sem grande relevo, encontra repercussão na imprensa europeia. Não aparecem, é verdade, nenhuns desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças — invariáveis e condenatórias. Como variantes dessas sentenças, eles se limitam a ditar, de tempos em tempos, uns tantos conselhos axiomáticos.

Manoel Bomfim. América Latina: males de origem. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 24 (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto I, julgue (C ou E) o item a seguir.

No terceiro período do texto, o termo “circunstanciados” se refere às condicionantes da produção do conhecimento científico da época, ou às circunstâncias da epistemologia vigente.

- () CERTO
() ERRADO

6. (2024)

Texto I

(...) as nações latinas do Novo Mundo não se podem queixar de deslembadas. Cada incidente, ainda sem grande relevo, encontra repercussão na imprensa europeia. Não aparecem, é verdade, nenhuns desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças — invariáveis e condenatórias. Como variantes dessas sentenças, eles se limitam a ditar, de tempos em tempos, uns tantos conselhos axiomáticos.

Manoel Bomfim. América Latina: males de origem. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 24 (com adaptações).

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2024)

P: “Como Carlos enfrentou resistência dos produtores locais, articulou e negociou o fornecimento com produtores de outros estados.” Considerando a proposição P precedente, julgue o próximo item.

A negação de P pode ser corretamente expressa por “Carlos enfrentou resistência dos produtores locais, mas não negociou ou não articulou o fornecimento com produtores de outros estados.”.

☐ CERTO

☐ ERRADO

2. (2024)

Um astronauta, após sofrer um acidente e acabar sozinho em um planeta distante, apresentou para si o seguinte argumento:

P1: Eu não tenho meios para contatar socorro.

P2: Mesmo que tivesse, levaria 4 anos para o socorro conseguir chegar aqui.

P3: Se o oxigenador estragar antes de chegar o socorro, eu sufoco.

P4: Se o reciclador de água estragar antes de chegar o socorro, eu morro de sede.

P5: Se o habitador artificial se romper antes de chegar o socorro, eu implodo.

P6: Se nada disso acontecer, a comida acabará. C: Morrirei aqui.

Com base na situação hipotética apresentada, considerando que P1, P2, ..., P6 sejam premissas e C, conclusão, julgue o item seguinte.

A negação de P4 pode ser corretamente expressa por “O reciclador de água estragou antes de chegar o socorro, mas eu não morri de sede”.

☐ CERTO

☐ ERRADO

3. (2024)

P: “Se não consigo vencê-lo, me juntarei a ele.”

Julgue o item seguinte, relativo à proposição P, acima apresentada.

A proposição P é equivalente a “Se não me juntar a ele, conseguirei vencê-lo.”.

☐ CERTO

☐ ERRADO

4. (2024)

P: “Se não consigo vencê-lo, me juntarei a ele.”

Julgue o item seguinte, relativo à proposição P, acima apresentada.

A proposição P é equivalente a “Consigo vencê-lo ou me juntarei a ele.”.

☐ CERTO

☐ ERRADO

5. (2024)

P: “Se não consigo vencê-lo, me juntarei a ele.”

Julgue o item seguinte, relativo à proposição P, acima apresentada.

A negação da proposição P pode ser corretamente expressa por “Se consigo vencê-lo, não me juntarei a ele.”.

☐ CERTO

☐ ERRADO

6. (2024)

P: “Se não consigo vencê-lo, me juntarei a ele.”

Julgue o item seguinte, relativo à proposição P, acima apresentada.

A negação da proposição P pode ser corretamente expressa por “Consigo vencê-lo, mas me juntarei a ele.”.

☐ CERTO

☐ ERRADO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. 2024

No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a legislação pertinente, a licença-paternidade do servidor público federal tem duração máxima de 15 dias.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

2. 2024

À luz da Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei n.º 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

No que se refere ao direito de petição, cabe pedido de reconsideração contra a primeira decisão que tenha indeferido o requerimento do servidor público e, caso esse pedido também seja indeferido, caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração, bem como das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

3. 2024

Julgue o item a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

O servidor público é proibido de participar da administração de sociedade empresarial, personificada ou não personificada.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

4. 2024

Julgue o item a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

Opor resistência justificada ao andamento de documento constitui, em regra, falta funcional do servidor público.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

5. 2024

Com fundamento no Decreto n.º 1.171/1994, na Lei n.º 8.112/1990 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

Segundo a Lei n.º 8.112/1990, a penalidade aplicada ao servidor que, injustificadamente, se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente terá seu registro cancelado, com efeitos retroativos, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

6. 2024

De acordo com as Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por inexistência de provas.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

7. 2024

Com fundamento nas Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1999, no Decreto n.º 1.171/1994 e no Plano de Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento 2024-2025, julgue o item a seguir.

A Lei n.º 8.112/1990 prevê a aplicação da penalidade de suspensão, por até 90 dias, ao servidor reincidente na prática da usura sob qualquer de suas formas.

- () CERTO
() ERRADO

8. 2024

A respeito da organização e dos princípios da administração pública e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item a seguir.

A responsabilização administrativa de servidor, mediante processo administrativo disciplinar, não exclui a possibilidade de ele ser punido também na esfera criminal pela mesma conduta.

- () CERTO
() ERRADO

9. 2024

Em relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A aplicação da penalidade de demissão a um agente público pela prática de ato de improbidade administrativa implica a indisponibilidade de seus bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

- () CERTO
() ERRADO

10. 2024

No que se refere a direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o próximo item, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

Atender ao público com presteza e guardar sigilo sobre assuntos da repartição são deveres do servidor, enquanto zelar pela economia de material, conquanto não seja um dever legal, é uma boa prática recomendada para a observância do princípio da economicidade.

- () CERTO
() ERRADO

11. 2024

No que se refere a direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o próximo item, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

É direito do servidor ausentar-se do serviço durante o expediente, desde que a ausência seja justificada posteriormente.

- () CERTO
() ERRADO

12. 2024

Considerando os princípios básicos da administração pública, das autarquias e do regime disciplinar aplicável aos servidores públicos civis federais (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item que se segue.

A fim de evitar que servidor público submetido a processo administrativo disciplinar (PAD) interfira no curso do referido processo, a lei autoriza o seu afastamento do exercício do cargo até a conclusão do PAD.

- () CERTO
() ERRADO

13. 2024

Acerca da administração pública, do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A compatibilidade do processo administrativo disciplinar com o ordenamento jurídico pátrio requer a estrita observância das seguintes fases, nessa ordem: instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa técnica por advogado e relatório; e julgamento.

- () CERTO
() ERRADO

14. 2024

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue o próximo item, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

O auxílio-natalidade somente será pago à servidora por motivo de nascimento de filho, não podendo o cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora, auferir tal benefício.

- () CERTO
() ERRADO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (2024)

Com relação ao Microsoft Excel, julgue o seguinte item.

Uma das limitações do Excel é que, por não ser um software científico, ele não permite gerar uma linha de tendência para uma série de dados de um gráfico, obtida por meio de regressão linear, exponencial ou média móvel. Em vez disso, o Excel permite apenas ligar os pontos do gráfico.

☐ CERTO

☐ ERRADO

2. (2024)

Com relação ao Microsoft Excel, julgue o seguinte item.

No Excel, é possível filtrar dados para representarem os resultados em uma tabela dinâmica; para tanto, usa-se a opção Inserir - Segmentação de Dados.

☐ CERTO

☐ ERRADO

3. (2024)

Julgue o próximo item, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

No Excel, ao se salvar um arquivo com um novo nome, isso sobrescreverá automaticamente a versão antiga com o novo nome.

☐ CERTO

☐ ERRADO

4. (2024)

Julgue o próximo item, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

No Excel, o sinal de cifrão (\$) é usado para formatar a célula como número do tipo moeda.

☐ CERTO

☐ ERRADO

5. (2024)

A respeito de programas e recursos da Microsoft, julgue o seguinte item.

No Microsoft Excel, a função PROCV permite procurar itens em uma tabela ou um intervalo por linha.

☐ CERTO

☐ ERRADO

6. (2024)

A respeito de Windows 10, de edição de textos e apresentações com o MS Office 365 e de aplicativos para segurança, julgue o próximo item.

No PowerPoint, o efeito que se pode aplicar nos slides para dar uma melhor aparência na forma como eles mudam durante sua apresentação é chamada de transição.

☐ CERTO

☐ ERRADO

7. (2024)

Julgue o item a seguir, a respeito do Microsoft PowerPoint.

No PowerPoint, a opção Design é usada para atribuir padrões ao eslaide mestre, como caixas de formatação e posicionamentos de espaços no eslaide.

☐ CERTO

☐ ERRADO

8. (2024)

Julgue o item a seguir, a respeito do Microsoft PowerPoint.

No PowerPoint, por meio da guia Transições, é possível configurar a forma de exibição de um novo eslaide inserido.

☐ CERTO

☐ ERRADO

9. (2024)

Julgue o próximo item, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

No PowerPoint, há opção que permite inserir uma tabela editável do Excel no eslaide de apresentação.

- () CERTO
() ERRADO

10. (2024)

Julgue o próximo item, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

No PowerPoint, por meio de importação de eslaides, é possível reutilizar eslaides de outras apresentações, mantendo-se ou não a formatação anterior.

- () CERTO
() ERRADO

11. (2024)

Com relação ao Windows e a ferramentas de edição de textos, apresentações e navegação, julgue o item que se segue.

No PowerPoint do Office 365, os modos de exibição de slide mestre, folheto mestre e anotações mestre permitem configurar as formas de transição e animação dos slides.

- () CERTO
() ERRADO

12. (2024)

Tendo como referência a figura precedente, retirada do site da ANVISA, julgue o próximo item, relativo à computação na nuvem e à segurança da informação.

Ao se observar a barra de endereços da figura, percebe-se que o site da ANVISA faz uso do protocolo HTTPS, logo, os serviços oferecidos por esse site são protegidos de pragas virtuais, uma vez que, nesse protocolo, é realizada varredura contra malwares em toda a comunicação entre usuário e provedor.

- () CERTO
() ERRADO

13. (2024)

Julgue o item a seguir, relativo a noções de informática.

Na rede mundial de computadores, a Internet, há um núcleo chamado intranet, em que os conteúdos armazenados não são indexados e, por isso, é difícil encontrá-los ou auditá-los.

- () CERTO
() ERRADO

14. (2024)

Com relação a conceitos básicos de Internet e programas utilizados para navegação, pesquisa ou comunicação, julgue os item que se segue.

No histórico do Google Chrome, é exibida a lista de todos os sítios recentemente visitados pelo usuário que não tenham sido acessados no modo de navegação anônima.

- () CERTO
() ERRADO

15. (2024)

Julgue o próximo item, relativo a Linux, MS Excel, firewalls e Google Chrome.

O Google Chrome, em sua versão mais recente para Windows, permite que senhas reutilizadas ou senhas que podem ser facilmente adivinhadas — como aquelas com frases óbvias ou padrões de teclado simples — sejam automaticamente canceladas, caso a função Gerenciador de Senhas esteja habilitada.

- () CERTO
() ERRADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. 2024

Em relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

É direito dos trabalhadores a participação em órgãos públicos colegiados de natureza deliberativa para a defesa de seus interesses profissionais, ressalvadas as questões previdenciárias.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

2. 2024

João nasceu em Atenas, Grécia, e é fruto do relacionamento entre Maria (brasileira) e John (estadunidense) e, desde 2022, passou a residir no Brasil, após ter adquirido uma propriedade particular no estado do Rio de Janeiro. Em 2023, ao completar 21 anos de idade, João optou pela nacionalidade brasileira.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

Caso João esteja em pleno exercício dos seus direitos políticos, realize o alistamento eleitoral, possua domicílio eleitoral na circunscrição e filiação partidária e não haja qualquer outra condição de inelegibilidade, ele poderá se candidatar a vereador ou prefeito de sua cidade nas eleições de 2024, porém não poderá se candidatar a governador de seu estado nas eleições de 2026.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

3. 2024

No que concerne aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item subsequente.

No caso de delitos graves, a exemplo dos crimes hediondos e da lavagem de capitais, a proposição da ação penal é suficiente para tornar inelegível a pessoa acusada.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

4. 2024

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

O cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado implica a perda dos direitos políticos, ficando o indivíduo impedido de alistar-se como eleitor ou eleger-se, já que a nacionalidade brasileira é pressuposto para o exercício de direitos políticos.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

5. 2024

Quanto ao poder constituinte, aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos políticos, julgue o item a seguir.

A todas as pessoas maiores de idade, capazes e sem condenação criminal ou por improbidade administrativa é garantido o exercício dos direitos políticos previstos constitucionalmente.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

6. 2024

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Nas fases iniciais de criação, os partidos políticos podem ter caráter regional, isto é, sem atuação nacional.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

7. 2024

No que diz respeito à organização do Estado e à administração pública, julgue o item seguinte.

Na Federação brasileira, apenas a República Federativa do Brasil detém soberania, ao passo que os estados-membros e os municípios gozam somente de autonomia, nos termos da repartição de competências da CF.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

8. 2024

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

() CERTO

() ERRADO

9. 2024

A respeito da autonomia municipal, da intervenção de estados em municípios, do governo, da competência e da responsabilidade nos municípios, julgue o item a seguir.

Além da competência para legislar sobre temas de interesse local, os municípios exercem competência suplementar nos casos em que possuem competência concorrente com outros entes políticos, cuja legislação válida deve ser observada pelos municípios.

() CERTO

() ERRADO

10. 2024

No que se refere aos poderes constituídos dos municípios e aos servidores públicos municipais, julgue o item que se segue.

Compete às câmaras municipais deliberar sobre a lei orgânica municipal, a ser votada em sessão única e aprovada pelo voto da maioria absoluta dos vereadores.

() CERTO

() ERRADO

11. 2024

Em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e à correspondente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item subsequente.

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente que o parecer prévio emitido pelo tribunal de contas sobre a prestação de contas anual do governador só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa Estadual.

() CERTO

() ERRADO

12. 2024

Julgue o item seguinte, relativos à organização do Distrito Federal e de seus Poderes, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

Ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, já que a competência residual do DF é restrita aos casos que a Constituição Federal de 1988 autorizar.

() CERTO

() ERRADO

13. 2024

Em relação às disposições constitucionais acerca do Distrito Federal (DF) e ao cabimento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra suas leis, julgue os itens a seguir.

Haja vista o intento de equiparação jurídica entre os estados federados e o DF, o rol constitucional de bens dos estados estende-se ao DF.

() CERTO

() ERRADO

14. 2024

Com relação à legitimação pelo procedimento e à interpretação no direito, ao nexo entre orçamento e políticas públicas e ao estado de bem-estar social no Brasil, julgue o seguinte item.

A noção de legitimação pelo procedimento conduz à avaliação da legitimidade dos atos estatais a partir dos resultados deles.

() CERTO

() ERRADO

15. 2024

O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições.

A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

A proibição constitucional de acumular cargos ou funções de forma remunerada aplica-se, por exemplo, a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

() CERTO

() ERRADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

Em casos de lesões graves sofridas por pacientes em hospitais públicos devido à negligência dos profissionais de saúde, o Estado pode ser responsabilizado civilmente, tendo o dever de garantir a segurança e a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

2. (2024)

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

Excepcionalmente, é possível a responsabilização civil do Estado em decorrência de atos lícitos.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

3. (2024)

À luz das disposições sobre a responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, especialmente no que diz respeito a atos comissivos e omissivos da Administração Pública Federal, julgue o item seguinte.

A ação de regresso contra o agente público responsável pelo dano a terceiro será cabível se ficar demonstrado que ele agiu com dolo ou com culpa.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

4. (2024)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

Tanto no caso de força maior quanto no de caso fortuito, a origem do evento excludente da responsabilidade do Estado pode decorrer de ato praticado pelo poder público.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

5. (2024)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

Para a caracterização da responsabilidade por omissão estatal, é necessária a violação de um dever jurídico específico de agir do Estado.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

6. (2024)

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, ainda que estes sejam servidores públicos em exercício, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

7. (2024)

Julgue os itens subsequentes.

Os atos administrativos estão sujeitos a controle, tanto interno, realizado pela própria Administração, quanto externo, por órgãos como o Poder Judiciário e tribunais de contas, para assegurar sua legalidade e eficácia.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

8. (2024)

A respeito do controle jurisdicional da administração pública e do controle da atividade financeira do Estado, julgue o item subsequente.

Por meio do sistema de controle externo, o Poder Executivo exerce o controle da execução financeira, a avaliação da fidelidade funcional dos agentes públicos e a avaliação do cumprimento dos programas de trabalho.

- ☐ CERTO
- ☐ ERRADO

9. (2024)

Julgue o item a seguir, referente ao conceito, aos tipos e às formas de controle.

O controle de legalidade, cuja finalidade é verificar a compatibilidade do ato com a legislação vigente, é competência exclusiva do Poder Judiciário.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

10. (2024)

Acerca do controle da administração pública, julgue o item subsequente.

Ao fiscalizar os atos praticados durante a execução de um contrato administrativo, o agente público está realizando um controle concomitante em relação ao momento.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

11. (2024)

A respeito do controle da administração pública, julgue o item seguinte.

O Poder Judiciário deve manter controle administrativo interno, de forma integrada com os demais poderes, com o objetivo, entre outros, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

12. (2024)

Acerca dos tipos e formas de controle, bem como dos recursos no âmbito da administração pública, julgue o item seguinte.

O controle administrativo abrange os órgãos da administração direta e as pessoas jurídicas que integram a administração indireta ou descentralizada.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

13. (2024)

Considerando o conceito de controle, seus tipos e suas formas, julgue o item a seguir.

O controle concomitante abrange atos como os de aprovação, homologação, anulação, revogação e convalidação.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

14. (2024)

Acerca do controle da administração pública, julgue o item a seguir.

O controle governamental deve observar as ações tomadas pelos responsáveis públicos durante a gestão, verificando a conformidade com os princípios da administração pública.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

15. (2024)

Em relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Os mesários que atuam nas eleições em prol da coletividade e do interesse público, sem receber contraprestação pecuniária, são classificados como agentes honoríficos.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO

16. (2024)

A Lei nº 8.112/1990 permite a negociação coletiva e o ajuizamento de ações, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho por parte dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais.

- ☐ CERTO
☐ ERRADO